

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Conceito de Imunidade Tributária	9
Capítulo 2 – Imunidades Tributárias dos Templos de Qualquer Culto	19
2.1 Definição de templo e organização religiosa.....	28
2.2 Definição de Culto	37
2.3 Definições de Patrimônio, Renda e Serviços das Organizações Religiosas.....	40
2.4 Definição de Finalidades essenciais das Organizações Religiosas.....	45
Capítulo 3 – Organizações Religiosas e o Terceiro Setor	51
Capítulo 4 – Estudo dos Impostos Abrangidos pela Imunidade Constitucional.....	61
4.1 Impostos indiretos: Imposto sobre Produtos Industrializados/IPI e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS	61
4.1.1 Primeira Interpretação: Cunho Substancial ou Efeito Econômico ...	64
4.1.2 Segunda Interpretação: Cunho Formal ou Jurídico	66
4.2 ICMS sobre serviços de concessão pública.....	69
4.3 Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas/IRPJ e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativos a Títulos Imobiliários/IOF	71
4.4 Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana/IPTU e Imposto Territorial Rural/ITR.....	72
4.5 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores/IPVA	78
4.6 Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação/ITCD	79

4.7 Imposto sobre a Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição/ITBI.....	82
4.8 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza/ISS	84
Capítulo 5 – Espécies Tributárias Fora da Imunidade Constitucional e Questão de Competência Judicial	87
5.1 Outras espécies tributárias de obrigação compulsória	87
5.2 Competência Judicial para ações trabalhistas das Organizações Religiosas	90
Capítulo 6 – Por que as Organizações Religiosas Poderiam Pagar Impostos?.....	97
6.1 Imunidade Tributária e Liberdade de Crença	97
6.1.1 Argumento Teológico.....	100
6.1.2 Argumento da Igualdade.....	118
6.1.3. Argumento da Laicidade	121
6.2 Responsabilidade Social das Organizações Religiosas	137
6.3 Outras situações fáticas que apontam para a relevância de as Organizações Religiosas pagarem impostos	141
Capítulo 7 – Proposta para a Cessação da Imunidade Constitucional e a Tributação de Organizações Religiosas.....	161
7.1 Proposta inicial de alteração constitucional	161
7.2 Proposta de Lei Infraconstitucional que estatui o Regulamento de Tributação Simplificada para as Organizações Religiosas.....	167
Modelo de Lei Complementar do Terceiro Setor para Organizações Religiosas e Outras Entidades	169
Conclusão	195
Bibliografia	203